

Assembleia  
 JORNAL DE BRASÍLIA  
 \* JORNAL CONSTITUINTE

## POLÍTICA

### Preparação da Constituinte

Carlos Chagas

O Conselho Político do Governo, que se reúne hoje no Palácio do Planalto, reafirmará, no estudo do calendário eleitoral, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986 e a instalar-se nos primeiros dias de 1987. Hoje também deverá ficar pronto o documento que constitui a Comissão Constitucional, levado ontem por Fernando Lyra a José Sarney. A seleção de seus integrantes demorará um pouco, sabendo-se apenas que Afonso Arinos já está convidado para presidi-la. Serão perto de 50 participantes, entre juristas de alto gabarito, políticos e representantes de associações. O presidente Tancredo Neves havia selecionado perto de 25 nomes, e José Sarney os manterá, devendo, em paralelo, indicar outros. No mais breve prazo possível, ainda em maio, a Comissão Constitucional se instalará solenemente, em Brasília. Estão previstas apenas duas ou três reuniões plenárias, de todos os seus membros. Uma no Rio, outra em São Paulo e uma terceira possivelmente em Recife. A rotina dos trabalhos do grupo não prevê mais encontros amplos, porém setoriais, dos subgrupos que Afonso Arinos definirá, para o exame dos diversos capítulos do anteprojeto da nova Constituição. O trabalho não exige pressa, muito menos afofamento. Mesmo tendo representantes de diversas associações de classe, como a Ordem dos Advogados, a Associação Brasileira de Imprensa, a CNBB, o empresariado e os sindicatos, a Comissão Constitucional convocará pessoas e solicitará a colaboração das entidades que falam pelo meio social. Disporá do ano em curso e do próximo, para trabalhar.

Um tema a prender daqui por diante a atenção do Conselho Político será o de como despertar a Nação para o debate sobre a nova Constituição. Não bastam a comissão de alto nível, nem os participantes das diversas associações de classe. O debate precisaria ampliar-se a nível popular. Se vai ser preciso convencer a opinião pública de que a Constituinte não representa a panacéia universal, nem a "pomada maravilha", que dá solução para todos os males, importará também colher nas bases quais as maiores necessidades e preocupações nacionais. O encaminhamento das questões institucionais parece pacífico. Dúvidas inexistem de que a grande maioria prefere o presidencialismo, as eleições presidenciais diretas, mandatos de menos de seis anos, a volta das prerrogativas do Congresso, o fim das emergências, dos decretos-leis e do decurso de prazo. Bem como a reafirmação dos direitos e garantias individuais. Mas o que dizer da ordem econômica social? Que reformas devem ser implantadas nesses dois setores?

A campanha para as eleições do ano que vem terá característica singular. A motivação dos candidatos será para propostas concretas e eles deverão apresentar fórmulas e soluções ao eleitorado, tanto quanto receber dele diretrizes e linhas gerais. O poder econômico, o poder estatal, a corrupção e a demagogia certamente se farão representar, nas campanhas, mas, dessa vez, o espaço se ampliará também para o voto doutrinário e ideológico.

Uma decisão tomada entre o presidente e o ministro da Justiça, ontem, em despacho prolongado, pela manhã, traduziu-se em portaria assinada à tarde por Fernando Lyra, da qual o Conselho Político tomará conhecimento. Em todos os Estados, os procuradores da República lá sediados funcionarão como núcleo ou primeira instância para o recebimento de reclamações contra lesões praticadas na área dos Direitos Humanos. Eles poderão tomar logo providências, dentro de suas atribuições, encaminhando as queixas para Brasília, onde fica o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a ser reformulado brevemente. O importante, para Fernando Lyra, é que o cidadão comum possua um canal imediato para fazer valer seus direitos, sempre que eles forem desrespeitados.

O Conselho Político do Governo não funcionará como um poder paralelo ou condomínio restrito, mas debaterá todos os assuntos políticos do momento, sem restrições. José Sarney pretende aferir os rumos e conduzir os temas institucionais baseado na opinião de seus integrantes.

Não há hipótese de vir a ser levantada a questão da antecipação das eleições presidenciais. Firmou-se uma espécie de jurisprudência política de que só a Assembleia Nacional Constituinte será soberana para decidir a respeito, em 1987. A preocupação das forças que integram a Aliança Democrática é de consolidar José Sarney no poder e de solidificar o entendimento entre o PMDB e o PFL. Uma espécie de recostura ditada pelos fatos e as circunstâncias já se desenvolve, precisamente para evitar o que setores mais extremados gostariam de promover, a escolha direta de outro presidente da República conjuntamente com a escolha dos constituintes, em novembro do ano que vem. Modificação dessa envergadura exigiria no mínimo emenda constitucional, ou seja, o apoio de dois terços de deputados e senadores. Como os afofados não contam sequer com 10 por cento do Congresso, o mais que poderão fazer é agitar o problema.